

A participação política da juventude em Portugal

O que nesta comunicação iremos apresentar são os resultados preliminares e provisórios de um inquérito à juventude sobre a participação política. Trata-se da segunda fase de um projecto de investigação que no Instituto de Ciências Sociais se tem vindo a realizar sobre o comportamento juvenil¹.

Os resultados da primeira fase, destinada à caracterização fundamental da *condição juvenil*, foram já dados a conhecer através da publicação de alguns cadernos² e de um artigo-síntese³.

Uma vez analisadas as principais condições de vida da juventude que afectam estruturalmente o seu comportamento social, quisemos proceder a uma análise da sua participação política. Para esse efeito foi lançado um inquérito ao nível do continente, aplicado a uma amostra de 900 jovens, estratificada de acordo com critérios de ordem geográfica, ecológico-demográfica e ocupacional⁴.

Da análise da moderna condição juvenil havia-se concluído que os jovens eram hoje objecto simultaneamente de um processo de progressiva marginalização das estruturas produtivas e de crescente integração nos mecanismos de consumo, ou seja, que os jovens eram hoje cada vez mais marginalizados como produtores e integrados como consumidores, numa tendência clara de reforço da sua subordinação social ou de retardamento da respectiva emancipação.

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

¹ O projecto tem o apoio financeiro da Fundação Tinker, de Nova Iorque. A aplicação do questionário contou com a colaboração de um grupo de alunos e ex-alunos do ISCTE e o tratamento dos dados teve o apoio do Centro de Informática do ISCTE. A todos se deixam aqui expressos os mais vivos agradecimentos.

² Vejam-se nomeadamente: José Manuel Seruya, *O Desemprego Juvenil em Portugal*; Manuel Braga da Cruz e Luísa Braula Reis, *Criminalidade e Delinquência Juvenil em Portugal*; José Manuel Seruya, *Sistema Educativo e Políticas de Educação em Portugal*; Luísa Braula Reis, *A Evolução de Estruturas Familiares em Portugal*, col. «Estudos e Documentos ICS», série «Sociologia da Juventude», n.ºs 6, 8, 9 e 11.

³ Cf. Manuel Braga da Cruz e outros, «A condição social da juventude portuguesa», in *Análise Social*, vol. XX, 1984, pp. 285-307.

⁴ Do ponto de vista geográfico, o País foi dividido em oito regiões: regiões da Grande Lisboa e do Grande Porto, regiões do litoral norte, centro e sul e regiões do interior norte, centro e sul. Em cada uma dessas regiões foram seleccionadas zonas rurais e urbanas e em cada uma delas entrevistados grupos de jovens estudantes e de jovens trabalhadores. Por conseguinte, nas regiões da Grande Lisboa e do Grande Porto foram entrevistados, em proporções idênticas, jovens estudantes secundários e universitários e jovens trabalhadores dos sectores secundário e terciário. Em cada uma das restantes regiões foram entrevistados um grupo de jovens rurais, um grupo de jovens trabalhadores urbanos e um grupo de jovens estudantes. O número de entrevistas procurou, em cada região, ser proporcional ao número de jovens residentes.

Daí resultou a curiosidade de saber se e como, ao nível político, esse processo se exprimiria também, ou seja, se os jovens seriam politicamente meros consumidores de decisões, ou até que ponto contribuiriam activamente para que elas fossem tomadas, em que medida participavam como votantes, militantes ou actores políticos.

Para além disso, outras razões conduziam a indagar sobre a participação política da juventude. Ela fora particularmente marcada pelo processo revolucionário de 1974-75, pelos seus antecedentes, pelo seu decurso e pelo seu refluxo. O 25 de Abril andara fortemente associado à juventude dos anos 70 e o processo revolucionário que se lhe seguiu teve um cunho acentuadamente juvenil. Os jovens haviam tido um papel central no desencadear da revolução, ao contribuírem para o agravamento das contradições do anterior regime, quer com a contestação estudantil à guerra de África, quer com a contestação ao sistema corporativo através de acções sindicais e políticas. O divórcio entre a juventude e o regime autoritário então vigente era patente nos últimos anos da sua existência, e até declarada fonte de preocupação para dirigentes⁵. A política de juventude do regime entrara em crise com a progressiva falência pedagógica das fórmulas organizativas de enquadramento juvenil, nomeadamente a Mocidade Portuguesa, e começara a ter, até nos começos dos anos 70, alguns esboços de reforma.

Não admira, portanto, que os jovens tivessem tido particular protagonismo social e político na revolução de 1974-75, a ponto de ela ser considerada, sob certos aspectos, como uma revolução de jovens. Não só porque o derrube do anterior regime foi operacionalmente levado a cabo por «jovens capitães», isto é, pelas mais jovens patentes do corpo de oficiais, mas também porque uma particular palavra e responsabilidade foram dadas a muitos jovens no campo cultural, social e político. A depuração dos quadros políticos, administrativos e técnicos, operada pelos conhecidos processos de «saneamento», guindou também muitos jovens quadros para o primeiro plano da vida política, económica e cultural. Além disso, a queda do regime autoritário possibilitou o desencadear de um activismo de reconstrução de um novo quadro democrático, em que os jovens foram porventura os principais actores. A radicalização política ocorrida, bem como uma certa utopização ideológica das propostas políticas que então se confrontaram, não são alheias por certo a esse protagonismo eminentemente juvenil na acção política.

O refluxo da revolução não podia pois deixar de incidir sobre os que mais intensamente nela participaram, nomeadamente os jovens. Muitas das expectativas e aspirações abertas pela queda do autoritarismo foram decepcionadas⁶. Por outro lado, a reintegração de muitos dos antigos quadros administrativos, técnicos e políticos obrigou a um doseamento da juvenilização dos postos de responsabilidade até então ocorrida com a tradicional veteranaria burocrática. A par disso, a rotinização do carisma revolucionário, a inevitável formalização institucional da participação política, subalternizando as formas de democracia directa às instituições da democracia representativa, reduziu necessariamente a intensidade e a extensão da participação no processo político.

⁵ Elmano Alves, *Porque a Juventude não Está Connosco?*, Lisboa.

⁶ Sobre «a decepção política como consequência necessária num processo pós-autoritário» cf. J. M. Durão Barroso, «Capacidade de adaptação e incapacidade de decisão: o Estado português face à articulação política desde 1974», in *Análise Social*, vol. XX, 1984, pp. 453-465.

A falência de uma excessiva formulação ideológica dos objectivos e propostas políticas dos vários grupos e partidos, em face do agravamento da crise económica, social e política, originou, por seu turno, a crescente adopção de perspectivas pragmáticas. A política relativizou-se, deixando de ser vista como o grande espaço de redenção. Dessa visão escatológica e messiânica da política, fim último de toda a actividade humana, passou-se a uma visão instrumental, que faz dela apenas um meio entre outros para um fim não necessariamente político.

Em que medida se teriam reflectido estas perceptíveis alterações de atitudes no comportamento da juventude? Até que ponto a desideologização política em curso na sociedade portuguesa se estaria a traduzir numa despolíticação dos jovens? Tudo parecia indicar profundas mudanças na participação política da juventude, nomeadamente uma significativa diminuição. Seria ela fruto da decepção revolucionária? Eram estas também as questões a que pretendíamos poder responder com a realização deste inquérito.

1. CONCEPTUALIZAÇÃO OPERACIONAL DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

O conceito de participação política sofre de ambiguidade e imprecisão comum a tantas outras categorias sociológicas. Mas, vulgarmente, entende-se por participação política «a actividade voluntária pela qual os membros de uma sociedade procedem à selecção dos governantes e à formação da opinião pública»⁷, ou, mais latamente ainda, «todo o envolvimento significativo no processo de tomada de decisões, ou, pelo menos, toda a oportunidade não só de escolher, mas também de influenciar os que tomam as decisões»⁸.

A participação política não é portanto uma variável independente. Pelo contrário, depende tanto da possibilidade *objectiva* como da vontade *subjectiva* de tomar parte no processo de produção de decisões políticas.

Entre as condições objectivas de possibilidade de participação política avultam o sistema político e a cultura política. Os sistemas políticos diferenciavam-se modernamente pelo grau de participação que impõem, ou possibilitam, ou impedem. A participação seria, segundo Robert Dahl, uma das duas dimensões (a par da contestação consentida) que caracterizariam os sistemas políticos ao longo de um *continuum* cujos pólos seriam as hegemónias e as poliarquias⁹. A livre participação seria mesmo, para certos autores, um relevante indicador da modernidade de um sistema ou de desenvolvimento político de uma sociedade. Como repetidamente o evidenciou Stein Rokkan¹⁰, a extensão dos direitos de cidadania política e a

⁷ Herbert McClosky, «Political Participation», in *International Encyclopedia of the Social Sciences*.

⁸ Geoffrey Ponton e Peter Gill, *Introduction to Politics*, Oxford, Martin Roberston.

⁹ Robert A. Dahl, *Poliarchy. Participation and Opposition*, New Haven e Londres, Yale University Press, 1971; e Robert A. Dahl (ed.), *Regimes and Oppositions*, New Haven e Londres, Yale University Press, 1973.

¹⁰ Stein Rokkan, «Mass Suffrage, Secret Voting and Political Participation», in *Archives Européennes de Sociologie*, 2, 1961, pp. 132-152; e ainda «The Comparative Study of Political Participation: Notes Toward A Perspective on Current Research», in Austin Ranney (ed.), *Essays on the behavioral study of politics*, Urbana, University of Illinois Press, 1962, pp. 47-90; e Seymour M. Lipset e Stein Rokkan, «Cleavage Structures, Party Systems, and Voter Alignments: An Introduction», in *Party Systems and Voter Alignments*, Nova Iorque, 1967.

igualação do direito de voto foram dos mais importantes aspectos do processo histórico de consolidação e integração dos Estados-Nação do século XIX. Ou, como o sublinhou, na sua esteira, Alessandro Pizzorno¹¹, «o problema da participação política está ligado ao surgir da ideia de soberania popular», ou seja, «à passagem da representação de mandato para a representação livre», já que no Antigo Regime, de acordo com Tocqueville, só os grupos ou corpos sociais, mas não os seus membros individuais, estavam representados no Estado. A questão da participação política está pois historicamente ligada «quer a um modo de fundar a legitimidade, e portanto de verificar o consenso do novo Estado de soberania popular, quer a um modo de lutar, com meios que podemos chamar políticos, contra as contradições de desigualdade próprias da sociedade civil. O problema da participação é, portanto, ao mesmo tempo, um problema de consenso e um problema de igualdade. O que significa que é um problema dos modos como se actua concretamente o consenso consciente de uma população nas instituições estatais que a regem; e é um problema dos modos de organização colectiva que consentem agir sobre uma estrutura de desigualdades, pondo em questão, positiva ou negativamente, os valores que a regem». Por conseguinte, a política em que se participa é, segundo Pizzorno, algo mais do que o simples processo eleitoral ou do que a simples luta pelo poder de Estado. É uma acção que investe as próprias relações sociais para lá do âmbito do Estado, na própria sociedade civil, isto é, as relações de classe¹².

Da mesma maneira, a participação é uma discriminante fundamental entre as culturas políticas, a ponto de Almond e Verba distinguirem a democracia do totalitarismo pelas suas respectivas culturas de participação e de imposição, ou seja, pelo facto de o Estado democrático «oferecer ao homem da rua a oportunidade de participar no processo de tomada de decisões políticas na qualidade de cidadão influente e o Estado totalitário lhe conferir apenas o papel de súbdito participante»¹³. Esta *participação de súbdito*, distinta da *participação de cidadão*, seria, aliás, um dos aspectos diferenciadores do totalitarismo em relação às demais ditaduras. Segundo Seymour M. Lipset, «uma das mais importantes diferenças entre uma oligarquia conservadora tradicional, ou ditadura, e um regime totalitário é não estar aquela grandemente preocupada com a participação, enquanto o segundo a exige»¹⁴. Simplesmente, a participação requerida pelos regimes

¹¹ Alessandro Pizzorno, «Introduzione allo studio della partecipazione politica», in *Quaderni di Sociologia*, vol. XV, 1966, pp. 235-287.

¹² Esta conceptualização dualista da política, ou seja, este entender a política como composta por dois sistemas de solidariedade — classe e Estado — contrapostos aos sistemas de interesses, leva Pizzorno a entender a participação como uma acção de solidariedade com outros, no âmbito da classe ou do Estado — «só se participa quando se está entre pares» —, como expressão de pertença a um certo grupo social. Consoante varia o tipo de acção (social ou política) e o campo de actuação (estatal ou extra-estatal), assim se obtêm vários tipos ou modos de participação, que Pizzorno assim agrupa:

A *participação profissional* na política, acção política no âmbito do Estado;

A *participação cívica* na política, acção ao nível do Estado através de organismos da sociedade civil, como partidos, associações voluntárias, grupos de interesses, etc;

A *participação em movimentos sociais* de objectivos extra-estatais, com meios ou acções políticas; e

A *participação em soberanias*, através de acções cívicas fora do âmbito estatal.

¹³ Gabriel A. Almond e Sidney Verba, *La cultura cívica, Estudio sobre la participación política democrática en cinco naciones*, Madrid, Euramérica, 1970.

¹⁴ Seymour Martin Lipset, *Political Man*, Nova Iorque, Garden City, 1960.

totalitários não é a participação democrática, elaboradora de decisões, mas tão-só o assentimento receptivo e aplauso de decisões a cumprir. Por outras palavras, não é a *participação activa*, mas apenas a *participação passiva*, a que se refere Jean-Yves Calvez¹⁵.

Por conseguinte, a variação da participação depende da presença ou ausência não só de estruturas participativas no sistema político, mas também de uma cultura política de participação. Por outras palavras, a participação é função não só da *integração* e da *mobilização política*, como também da *informação* e do *interesse* político.

Isto remete-nos para o problema da significação e tipificação do conceito. A participação não é uma realidade uniforme, mas admite uma variedade de expressões, graus e tipos. Difere mesmo de outras atitudes que lhe são próximas, mas não coincidentes. Entre a simples presença e ausência de participação, outros comportamentos intermédios se podem distribuir numa escala gradativa. Escala essa que se pode elaborar com base nos pressupostos acima referidos, entendidos também como critérios de participação.

Assim, a conjugação das variáveis da participação pode discriminar comportamentos participativos. Da articulação da existência ou inexistência de «*integração*» e de «*informação*» resultam diferentes atitudes participativas. A presença objectiva de «*integração*» conjugada com a ausência subjectiva de «*informação*» determina uma intervenção eficaz, mas inconsciente, e, por conseguinte, de duvidosa legitimidade, que podemos classificar como *participação alienada*. Por outro lado, a ausência objectiva de «*integração*», apesar de uma presença subjectiva de «*informação*», caracteriza uma abstenção consciente e voluntária, que podemos classificar como *apatia*. Por conseguinte, a *participação* deverá ser entendida estritamente como uma intervenção decorrente da existência simultânea quer de *integração* quer de *informação* suficiente, enquanto a *marginalização* ou a *desparticipação*, também na sua acepção mais restrita, deve traduzir uma ausência quer de *integração* quer de *informação*.

		informação		
		+	-	
	+	participação	alienação	intervenção
integração	-	apatia	marginalização	abstenção

Quando, por conseguinte, nos perguntamos pela atitude participativa dos jovens no processo político, indagamos não só o grau de participação ou

¹⁵ Jean-Yves Calvez, «L'idée de dépolitisation, jugement de valeur», in Georges Vedel, *La dépolitisation: mythe ou réalité?*, Paris, Colin, 1962, p. 40.

de marginalização, mas também o de alienação e de apatia¹⁶. Tais atitudes até não são, obviamente, completamente independentes. Podem combinar-se pelo que têm de comum entre si, ou seja: os intervencionistas, tanto podem ser participantes conscientes como alienados, tal como os abstencionistas tanto podem sê-lo por apatia intencional como por inconsciência ou desinformação.

Assim, quando se supõe que a participação política dos jovens diminuiu, isso não quer dizer automaticamente que tenha aumentado a sua marginalização. Interessa saber se essa diminuição de participação se operou no sentido da alienação ou no sentido da apatia, isto é, se o que determinou a desparticipação foi a diminuição de informação e, por conseguinte, da consciência política, ou se, pelo contrário, foi a vontade de estar activamente no sistema que decresceu. Em que sentido evoluiu a atitude participativa dos jovens portugueses e que significado e repercussão tem para o sistema, tal é o interesse da aplicação desta tipologia.

Por outro lado, se da mesma maneira articularmos a presença e a ausência de «mobilização política» com a de «interesse político», obteremos igualmente novas atitudes participativas, ou, melhor, condições básicas de participação. Assim, a *politização*, entendida como conjugação do «interesse» subjectivo pela política com a existência dos mecanismos objectivos de «mobilização», é a condição fundamental para a ocorrência de participação política, tal como a *despolitização*, entendida inversamente como ausência simultânea desse «interesse» e dessa «mobilização», favorece a marginalização política¹⁷.

		interesse pela política	
		+	-
mobilização	+	politização	indiferença
	-	menosprezo	despolitização

¹⁶ Existe na sociologia política uma forte ambiguidade terminológica relativa a estes dois conceitos.

Para Robert Lane, por exemplo, a alienação é um «sentimento pessoal de estranheza da política e do governo da sua sociedade. É uma desidentificação. Mais do que um desinteresse, é uma rejeição» (*Political Ideology*, Nova Iorque e Londres, Free Press e Macmillan, 1967 (1962), pp. 161-162). Em contrapartida, «a rejeição consciente de todo o sistema político» seria para Franz Neumann a apatia, «porque o indivíduo não vê possibilidade de mudar nada no sistema através dos seus esforços». Nesse sentido constituiria também «o âmago da alienação política».

Almond e Verba optam pela distinção entre alienação e apatia. Para eles, a alienação seria uma situação «em que as atitudes tendem a recuar as instituições ou estruturas políticas», em que, apesar de uma orientação cognitiva positiva, coexistiriam orientações afectivas e valorativas negativas. A *apatia* seria diferente, já que significaria a coexistência de uma orientação cognitiva positiva com orientações afectivas e valorativas nulas (*La cultura cívica (...)*, cit.).

Nós preferimos distinguir igualmente a apatia da alienação, dando à primeira carácter de involuntariedade e à segunda carácter de inconsciência.

¹⁷ A mobilização é a acção política, junto dos cidadãos, dos instrumentos de provocação da participação. Cf. J. P. Nettl, *Political mobilization. A sociological analysis of methods and concepts*, Londres, Faber and Faber Ltd., 1967, pp. 32-33.

Pode dar-se o caso de a presença de uma forte «mobilização» se confrontar com a ausência de «interesse», gerando então uma situação de *indiferença*, condição, por sua vez, de alienação. Ou, inversamente, pode acontecer que cidadãos interessados não sejam objecto de suficiente mobilização, ocasionando assim uma situação de *menosprezo* político, que possibilita a apatia.

Quer o termo *politização* quer o termo *despolitização*, apesar de ambíguos, são usualmente empregues em sentido pejorativo. Só que, como bem observou Jean-Yves Calvez, «o termo *despolitização* refere-se de preferência à actividade do homem e o termo *politização*, no uso corrente, diz antes respeito às instituições»¹⁸. Ora lamenta-se vulgarmente a politização das instituições, tal como a despolitização dos cidadãos, porque uma e outra se consideram negativas. Mas a «política» que está subjacente ao juízo que se faz de um e outro processo não é a mesma realidade. No caso da politização das instituições, o que se subentende é, por exemplo, a sua excessiva partidarização ou ideologização, quando, no caso da despolitização, o que está em causa é a diminuição do interesse pela política ou da consciência política, ou ainda o decréscimo da participação.

Ora é nesta segunda acepção que nos baseamos quando falamos quer de politização, quer de despolitização. Não ignoramos o juízo de valor que lhe está inerente, qual é o de entender desejável a consciencialização política para uma mais ampla participação, isto é, para uma mais profunda vida política democrática. Deseja-se a politização, como condição de participação, porque nela está a garantia de sobrevivência de um regime também desejável, e lamenta-se a despolitização enquanto provoca a desparticipação e o enfraquecimento da democracia representativa.

Por politização entendemos assim a progressiva tomada de consciência dos direitos e deveres políticos, com o inerente interesse crescente pelos factos da vida pública, bem como a progressiva difusão de meios políticos de intervenção nos destinos da colectividade, como resposta aos mecanismos de activação política dos cidadãos. E por despolitização entendemos precisamente o contrário.

2. FORMAS E NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Uma vez entendida conceptualmente a participação, as variáveis da sua ocorrência e os comportamentos que do cruzamento destas se podem verificar, podemos agora passar à análise das várias formas e níveis de participação política.

Se por participação política se deve entender toda a actividade orientada para a tomada de decisões, desde a escolha dos governantes à formação da opinião pública, isso quer dizer que se devem considerar não só os processos formais e organizativos da participação política, mas também os processos informais e individuais dessa participação. Quanto aos primeiros, a mais frequente distinção que se costuma estabelecer é entre a *participação eleitoral* e a *participação organizacional*¹⁹.

¹⁸ Jean Yves Calvez, *op. cit.*, p. 41.

¹⁹ Stein Rokkan, *op. cit.*, e René Rémond, «Participation electorale et participation organisée», in G. Vedel (org.), *La dépolitisation politique: mythe ou réalité?*, Paris, Colin, 1962, p. 72.

Em termos de intensidade, a participação eleitoral parece colocar-se a um nível primário e inferior, já que se realiza de forma intermitente e descontínua, enquanto a participação organizacional aponta para formas mais empenhativas de intervenção. A diferença entre o eleitor e o militante é traduzida, inclusivamente por Anthony Down, como uma clivagem entre o consumidor e o produtor político²⁰.

O grau de participação política varia com a amplitude e a intensidade da solidariedade e da cooperação com o grupo ou partido em que se participa²¹. Desse modo, o alinhamento pelo voto parece constituir o primeiro grau dessa solidariedade, o nível básico da participação política. A maneira mais elementar de participar, acessível a todo o cidadão, é a de eleger.

Por participação organizacional deve entender-se a que se processa através não só dos grupos políticos, isto é, com finalidade e meios expressa e directamente políticos (tais como os partidos, associações e grupos políticos), mas também do que poderíamos considerar grupos ou organizações para-políticos, isto é, que, não tendo objectivos exclusiva ou prioritariamente políticos, nem actuando sempre directamente em terreno político, têm, no entanto, uma influência determinante no processo político. Estão nesse caso os grupos sociais ou profissionais (como sindicatos, associações de classe, etc.) e ainda os grupos culturais (religiosos, educativos, recreativos, etc.).

Queremos com isso dizer que a participação em organizações políticas não deve ser exclusivamente aferida pela adesão a partidos e organizações políticas, mas também pela participação nos chamados grupos de interesse ou «grupos de pressão», que, como o explicou classicamente Jean Meynaud²², «fundados numa comunidade de aspirações e atitudes, se esforçam por fazer prevalecer um certo número de posições e de reivindicações por todos os meios ao seu alcance, sobretudo actuando sobre os poderes públicos».

Se procurarmos escalonar gradativamente essa adesão, teremos de começar por distinguir a que se traduz numa simples *referência* de simpatia e a que se exprime por uma *pertença* inclusiva, que vulgarmente se diferenciam pela mera identificação informal ou pelo alinhamento formal e organizativo. A participação nos grupos mede-se pelo grau de solidariedade, isto é, pelo grau de adesão, e esta pelo grau de actividade e de responsabilidade que neles se assume gradativamente. Podemos assim estabelecer uma escala crescente de graus de participação organizacional que vai desde o eleitor, passando pelo simpatizante e pelo aderente formal, até ao militante e aos vários escalões verticais de direcção e organização. Duverger fala destas categorias como «círculos concêntricos de participação», referindo-se aos partidos políticos²³.

20 Anthony Down, *Teoría Económica de la Democracia*, Madrid, Aguillar.

Robert Lane, porém, considera a eleição como forma mista de participação, em termos de actividade-passividade.

21 «O grau de participação de uma pessoa num grupo é a amplitude e a intensidade da sua solidariedade e da sua cooperação com o grupo.» (Harold D. Lasswell e Abraham Kaplan, *Podere e Società*, Milão, Etas Kampan, 1969, p. 48.)

«Há grau de participação de acordo com os laços de solidariedade que ligam o partidário ao partido.» (M. Duverger, *Les Partis Politiques*, Paris, Colin, 1973, p. 82.)

22 Jean Maynaud, «Essai d'analyse de l'influence des groupes d'intérêt», in *Revue Économique*, n.º 2, 1957, pp. 177-220; e consulte-se ainda, do mesmo autor, *Les groupes de pression en France*, Paris, Colin, 1958.

23 Maurice Duverger, *Les Partis Politiques*, Paris, Colin, 1973.

Partindo do activismo como critério básico de nivelamento da participação organizada, há que distinguir a adesão da militância, a pertença passiva da pertença activa de qualquer grupo. O membro activo toma parte nas actividades do grupo para a realização dos seus fins (persuasão política, reivindicação social, criação cultural, etc.). O militantismo é portanto um indicador de participação que se analisa também pelo grau de responsabilidade distribuído. Os militantes distribuem-se na escala de participação formal consoante o exercício de responsabilidades e de tarefas de direcção.

Mas, para além destes aspectos formais, há que ponderar igualmente outros níveis informais de participação. Leo Hamon²⁴ recorre a uma tipologia de reuniões políticas, distinguindo as *reuniões de discussão* para tomada de decisões das *reuniões organizativas* para tratar da sua aplicação, das *reuniões de informação* ou de esclarecimento, elucidação e interiorização de linhas superiormente traçadas. Também as reuniões, tal como as acções, se hierarquizariam pelos níveis de responsabilidade decisional.

Todos estes níveis de participação são, como atrás precisámos, níveis de participação organizada. No entanto, a participação faz-se ainda também por processos informais ou inorganizados, através de meios que não assumem formas padronizadas nem requerem continuidade permanente organizativa. A participação política não se esgota com os processos eleitorais de escolha de governantes nem com a pertença a grupos políticos permanentemente organizados. Há toda uma série de acções tendentes a influenciar directa ou indirectamente, pessoal ou colectivamente, as decisões a tomar, que constituem relevantes actos de participação política e que terão, por isso, de ser também analisados.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Tal como dissemos atrás, os comportamentos participativos dependem da verificação de uma série de condições, cuja combinação de ocorrências permite inclusivamente distingui-los. Começemos pois por descrever os resultados obtidos relativos a essas condições fundamentais de participação.

a) ASSOCIATIVISMO E ACTIVISMO SOCIAL DOS JOVENS

Os estudos sociológicos até hoje realizados sobre a participação política têm demonstrado que ela varia com a intensidade das demais formas de participação social. Lester Milbrath, a quem pertence a mais importante sistematização dos resultados das pesquisas de campo sobre a participação política²⁵, pôs em evidência que o associativismo e o activismo extrapolíticos parecem favorecer habitualmente a participação política. Daí que desde logo quiséssemos começar por aferir o grau de associativismo e activismo social dos jovens, como indicador de integração social²⁶ e, como tal, como condição de participação.

²⁴ Leo Hamon, «Partis politiques et dépolitisation», in G. Vedel, *op. cit.*

²⁵ Lester Milbrath, *Political Participation. How and why Do People get Involved in Politics*, Chicago, Rand MacNally & Co., 1965.

²⁶ Cf. Werner S. Landecker, «Types of Integration and their measurement», in Lazarsfeld & Rosenberg, *The Language of Social Research*, Nova Iorque e Londres, Free Press and Macmillan, 1955, pp. 19-27.

O inquérito revelou que a percentagem de jovens integrados em associações é de 45%, assim distribuídos pelos seguintes níveis de actividade e de responsabilidade:

Simple beneficiários	128	14%
Participantes nas actividades	196	22%
Promotores de iniciativas	21	2%
Responsáveis ou dirigentes	64	7%
	<hr/>	
	409	45%

Trata-se de um valor particularmente elevado, se comparado com os resultados obtidos por outras pesquisas sobre a juventude portuguesa realizadas nos últimos anos, e que oferecem valores inferiores²⁷. No entanto, este satisfatório associativismo é relativizado pelo diminuto grau de activismo social apurado.

A distribuição média dos jovens inquiridos sobre a ocupação dos seus tempos livres, por uma escala de coeficientes de activismo social e de passividade individual (entre valores de 1 a 9), é de 7,1, o que significa um acentuado pendor mais passivizante e individualizante no comportamento social da juventude:

Escala de coeficientes de activismo social

Activismo social	1	3	0 %
	2	3	0 %
	3	14	2 %
	4	11	1 %
	5	22	2 %
	6	56	6 %
	7	467	52 %
	8	289	32 %
Passividade individual	9	12	1 %
S/R		19	2 %

A grande maioria dos jovens entrevistados colocam-se assim nos mais baixos escalões de activismo social, o que vem atenuar a indicação integrativa particularmente satisfatória da percentagem dos jovens associados acima referida.

b) INFORMAÇÃO POLÍTICA

A análise do grau de informação política foi feita a três diferentes níveis. Procurou-se saber acerca do conhecimento dos factos da vida política corrente, do funcionamento do sistema constitucional e dos actores políticos da cena política nacional e internacional.

²⁷ O inquérito realizado pelo FAOJ apresentou uma percentagem de jovens inseridos em associações de 33%. E, no inquérito posterior levado a efeito pelo IED, essa percentagem baixava para 24,7%.

Os jovens revelaram-se mais informados sobre os factos da vida política do que sobre o sistema político constitucional e do que sobre os políticos nacionais e estrangeiros, por esta mesma ordem decrescente, como o deixa perceber o quadro n.º 1:

Grau de informação política dos jovens

(QUADRO N.º 1)

Grau de informação	Sobre factos da vida política		Sobre o sistema constitucional				Sobre políticos nacionais e estrangeiros	
			A		B			
Muito informado	489	55%	108	12%	269	30%	36	4%
Bastante informado	—	—	211	24%	121	14%	147	16%
Pouco informado	150	17%	147	16%	96	11%	310	35%
Bastante desinformado	—	—	112	13%	104	12%	310	35%
Totalmente desinformado	95	11%	78	9%	57	6%	6	1%
S/R	162	18%	240	27%	249	28%	87	10%

c) INTERESSE PELA POLÍTICA

O interesse pela política é uma variável altamente subjectiva e varia quer com a opinião que se tem acerca da política, quer ainda com o sentimento afectivo e com o valor normativo que se atribui à política, como o puseram em evidência Almond e Verba²⁸. Ora a melhor maneira de aferir o interesse político é, como comprovou Lazarsfeld²⁹, indagar directamente dos sujeitos a própria opinião acerca do interesse próprio que nutrem pela política. No entanto, quisemos comparar esse interesse subjectivamente manifestado com o interesse objectivamente denunciado, e verificámos que a grande maioria dos jovens têm um interesse médio pela política:

Interesse dos jovens pela política

(QUADRO N.º 2)

Grau de interesse	Interesse subjectivamente manifestado		Interesse objectivamente denunciado	
Muito interessado	79	9%	45	5%
Bastante interessado			253	28%
Algo interessado	545	61%		
Pouco interessado			438	49%
Nada interessado	242	27%	127	14%
S/R	30	3%	33	4%

Ainda relacionado com o interesse votado à política, quisemos apurar a intensidade e a exclusividade de sentimentos motivados pela política. Enquanto a maioria dos jovens (51%) têm sentimentos moderados pela

²⁸ Almond e Verba, *op. cit.*

²⁹ Paul Lazarsfeld, B. Berelson e H. Gaudet, *El Pueblo Elige, Estudio del proceso de formación del voto durante una campaña presidencial*, Buenos Aires, Paidós, 1962, cap. V.

política (só 13% se dizem apaixonados e 34% indiferentes), a tolerância parece caracterizar a enorme maioria dos jovens. A uma pergunta se se aceitaria o estabelecimento de relações conjugais com alguém com ideias políticas diferentes, a grande maioria respondeu afirmativamente: 55% disseram sim, outros 30% também, embora «sob certas condições», e só 11% disseram rotundamente «nunca».

Quisemos ainda avaliar o grau de confiança na política, nomeadamente relativo ao pluralismo partidário e ao sistema político vigente. Os jovens parecem confiar quer num quer noutra, embora a desconfiança atinja maiores proporções quanto ao sistema:

Confiança dos jovens na política

(QUADRO N.º 3)

Grau de confiança	No pluralismo partidário		No sistema político	
Confiança	327	36%	54	6%
Alguma confiança	446	50%	301	34%
Bastante desconfiança			291	32%
Nenhuma confiança	68	8%	195	22%
S/R	55	6%	55	6%

d) MOBILIZAÇÃO POLÍTICA

A mobilização política deve ser entendida, no sentido lato, como o conjunto de todas as solicitações participativas dirigidas ao cidadão³⁰. Nesse sentido, as primeiras formas de mobilização encontram-se logo na socialização política.

Apurámos, por isso, o grau de socialização política, como primeiro indicador de mobilização, e podemos concluir que a maioria dos jovens foi razoavelmente mobilizada quer pela socialização familiar, quer ainda, embora em menor grau, pela socialização escolar:

Socialização política dos jovens

(QUADRO N.º 4)

Grau de socialização	Familiar		Escolar		Laboral	
Alta	258	29%	73	8%	90	10%
Média	479	53%	459	51%	264	29%
Baixa	109	12%	269	30%	131	15%
S/R	50	5%	95	11%	411	46%

Além disso, as solicitações dirigidas aos jovens para fomentar a sua participação política foram aferidas também a vários níveis instrumentais e ao nível organizacional. Quis-se saber qual o grau de exposição revelado

³⁰ Cf. J. P. Nettl, *Political Mobilization. A Sociological Analysis of Methods and Concepts*, Londres, Faber and Faber Ltd., 1967.

pelos jovens a mensagens políticas da televisão, da imprensa escrita, das actividades eleitorais, e em particular das sessões de propaganda ou comícios, bem como, ainda, as solicitações para entrar a fazer parte de organizações políticas.

Pelos resultados obtidos pode concluir-se que a exposição a mensagens mobilizadoras atinge, aos vários níveis analisados, resultados satisfatórios, ou seja, de exposição média maioritária (no caso da televisão e dos comícios) e quase maioritária (no caso das campanhas eleitorais), e até de exposição alta maioritária no caso da imprensa escrita.

Exposição dos jovens a mensagens políticas

(QUADRO N.º 5)

Grau de exposição	Da televisão		Da imprensa escrita		Das campanhas eleitorais		De comícios e sessões	
Alta	187	21%	469	52%	256	29%	117	13%
Média	633	71%	220	25%	339	38%	470	52%
Baixa	49	5%	158	18%	271	30%	288	32%
S/R	27	3%	49	5%	30	3%	21	2%

Só a mobilização organizacional parece ser maioritariamente baixa (54%), sendo de 18% os jovens de mobilização média e de 25% os de mobilização alta.

e) POSIÇÃO POLÍTICA

Para além das quatro principais condições de participação, outra quisemos também investigar, por ser uma importante discriminante dos comportamentos participativos: a posição política. Foi aferida subjectivamente, através da autodisposição dos entrevistados numa escala esquerda-direita, e também objectivamente, através da distribuição dos jovens inquiridos, em quatro posições reveladoras de opções variando da esquerda para a direita, acerca de três questões: quem deve governar, como deve intervir o Estado na sociedade e quem deve ser recompensado.

Subjectivamente, como o demonstra a escala septimal que a seguir reproduzimos, a maioria dos jovens (51%) coloca-se em posições de um centro-esquerda alargado.

Colocação dos jovens na escala esquerda-direita

1	Extrema-esquerda	25	3%		
2	Esquerda	172	19%	38%	
3	Centro-esquerda	141	16%		51%
4	Centro	142	16%	42%	
5	Centro-direita	90	10%		
6	Direita	110	12%	24%	
7	Extrema-direita	17	2%		
	S/R	199	22%		

A colocação média dos jovens na escala indicada é de 3,71, que equivale, na escala decimal, ao valor de 5,3. Se tivermos presente que a distribuição dos Portugueses em geral na escala decimal esquerda-direita oscilou entre 5,10 e 5,42, entre 1978 e 1983, como o pôs em evidência Durão Barroso³¹, podemos concluir comparativamente que a colocação política média dos jovens em Portugal não difere da dos adultos.

O posicionamento objectivo dos jovens em opções de esquerda-direita variou porém curiosamente. Enquanto, relativamente à questão sobre «quem deve governar», a colocação média entre quatro posições foi de 2,59 (por conseguinte, ligeiramente de centro-direita) e, na questão sobre a intervenção do Estado na sociedade, a média foi também de 2,51 (permanecendo ainda, embora ligeiramente menos, numa leve tendência de centro-direita), na questão acerca de quem deve ser recompensado, a média surge já como de 1,81, isto é, notoriamente mais à esquerda³²:

Posicionamento dos jovens numa escala de opções entre a esquerda e a direita

(QUADRO N.º 6)

Posicionamento	Quem deve governar		Como deve intervir o Estado		Quem deve ser recompensado	
1 Esquerda	133	15%	135	15%	372	42%
2 Centro-esquerda	210	23%	313	35%	335	37%
3 Centro-direita	312	35%	80	9%	31	3%
4 Direita	148	17%	219	24%	82	9%
S/R	93	10%	149	17%	76	8%
Média	2,59		2,51		1,83	

Estes resultados parecem indicar que a preferência maioritária de esquerda pelos jovens é uma preferência distributiva e que a opção maioritária de direita é uma opção de competência governativa e de moderada intervenção estatal na sociedade.

³¹ J. Durão Barroso e Jonas Condomines, «La dimension gauche-droit et la competition entre les partis politiques en Europe du Sud (Portugal, Espagne, Grèce)», in *Il Politico*, XLIX, 1984, n.º 3, pp. 405-438.

³² Adaptámos nesta matéria as questões elaboradas na pesquisa dirigida por Alessandro Pizzorno em 1964 sobre a participação política na periferia de Milão. (Cf. *Quaderni di Sociologia*, vol. XV, 1966, n.ºs 3/4.) Assim, formulámos as perguntas:

Para o bom funcionamento da sociedade, quem achas que deve governar? Os partidos políticos —; técnicos competentes —; chefes decididos —; a classe trabalhadora —;

Que achas que deve fazer o Estado para haver um bom governo em Portugal? Intervir o menos possível e deixar actuar livremente os cidadãos —; controlar os principais sectores da economia e distribuir com igualdade a riqueza —; defender as nacionalizações e favorecer de preferência as classes trabalhadoras —; fazer obedecer e respeitar a autoridade e estabelecer a ordem —;

Quem achas que deve ser sobretudo recompensado numa sociedade justa? Os que mais se esforçam —; os que mais arriscam —; os que melhor servem a pátria —; todos devem ser recompensados —.

4. A PARTICIPAÇÃO ELEITORAL

Tendo presente que a capacidade eleitoral é, em Portugal, adquirida aos 18 anos e que os jovens por nós entrevistados estão compreendidos entre os 15 e os 29 anos, não é de estranhar que 19% se não encontrem ainda recenseados. Além disso, o facto de o recenseamento ser entre nós obrigatório retira-lhe qualquer significado participativo de relevo.

Com efeito, para René Rémond³³, o «grau zero» da participação eleitoral deveria ser a «abstenção de recenseamento», ou seja a abstenção, não já dos que estão inscritos, mas não votam — conhecida por «abstenção eleitoral» —, mas dos que fogem à própria inscrição no recenseamento. Quando voluntária, essa inscrição é já um acto de participação no sistema político. São nesse caso os «eleitores potenciais não inscritos» que, à partida, se põem à margem do sistema eleitoral, recusando liminarmente o grau ínfimo de participação a partir do qual todos os demais níveis se elevam.

No caso português, a participação eleitoral começa pela votação. O inquérito veio revelar que o abstencionismo eleitoral juvenil é algo elevado. O abstencionismo *habitual* é denunciado por 20% dos jovens e o que poderíamos chamar abstencionismo *pendular*, ou inconstante, atinge ainda outros 23%. Assim, são apenas 36% os jovens que declaram participar eleitoralmente de uma maneira habitual.

Se compararmos este valor com a taxa média de abstencionismo eleitoral em Portugal, que atinge os 22,17%³⁴ e é aliás das mais baixas da Europa, em países de voto não obrigatório³⁵, relativizaremos a importância desse abstencionismo juvenil, até porque, como o têm evidenciado, desde há muito, vários estudos sobre a participação, os jovens tendem eleitoralmente a ser menos participativos do que os adultos. A distribuição de

³³ René Rémond, *op. cit.*

³⁴ Essa taxa média varia com o tipo de eleições, sendo de 16,3% nas legislativas, de 20,2% nas presidenciais e chegando aos 30% nas autárquicas. O nosso cálculo exclui a abstenção ocorrida nas eleições para a Assembleia Constituinte em 1975, dado o carácter excepcional desse acto eleitoral.

Entre 1975 e 1983 tem assim evoluído a abstenção eleitoral:

1975 — Constituintes	8,3%
1976 — Legislativas	16,7%
Presidenciais	24,6%
Autárquicas	35,4%
1979 — Autárquicas	26,2%
Legislativas	12,5%
1980 — Legislativas	14,6%
Presidenciais	15,8%
1983 — Autárquicas	28,4%
Legislativas	21,4%

Sobre a análise social do abstencionismo eleitoral veja-se Jorge Gaspar, «L'abstention electorale au Portugal: 1975-1980», in *Finisterra*, vol. XVIII, 1983, pp. 65-97.

³⁵ São as seguintes as taxas de abstencionismo eleitoral nos países europeus de:

<i>voto obrigatório</i>	
Bélgica	6,8
Itália	7,4
Áustria	7,7

votantes por grupos etários é, como o revelou há muito Herbet Tingsten³⁶ e posteriormente o confirmou Milbrath³⁷, uma curva de Gauss: aumenta com a passagem da primeira à segunda idade e decresce com o ingresso na terceira idade, embora, por certo, mais por razões biofisiológicas que sociais.

A análise mais detalhada do nosso abstencionismo eleitoral juvenil, por grupos etários, vem também confirmar que ele varia na razão inversa da idade, parecendo infirmar a hipótese, inicialmente posta, de que pudesse resultar da decepção pós-autoritária ou do desencanto da política, uma vez perdido o cariz utópico que a acompanhou na década de 1965-75, ou que se constituísse eventualmente como abstencionismo intencional, isto é, como autêntica alternativa de voto.

Abstencionismo juvenil por grupos etários

(QUADRO N.º 7)

Grupos etários	S/R		Nulo		Médio baixo		Médio alto		Alto	
S/R	22	31%	28	39%	9	13%	5	7%	9	13%
15-19 anos	145	52%	6	2%	3	1%	5	2%	123	44%
20-24 anos	11	3%	162	48%	54	16%	63	19%	52	15%
25-29 anos	8	4%	126	64%	48	24%	12	6%	3	2%
Total	196	22%	322	36%	114	13%	86	10%	178	20%

Efectivamente, a abstenção, como o explicou já há uns anos Anthony Down³⁸, tanto pode ser causada pela indiferença (nas eleições sem custos), como pela articulação de múltiplos factores, tais como os custos do voto, a inexistência de diferencial partidário (isto é, de opção), o valor que se atribui à própria participação, a presunção do restante número de votantes, etc., tratando-se neste segundo caso de uma *abstenção racional* de cidadãos não indiferentes, com preferência partidária até.

Mais recentemente, Paolo Giovannini³⁹ estabeleceu uma tipologia para o abstencionismo eleitoral juvenil italiano, diferenciando o «abstencionismo

Luxemburgo	8,9
Holanda	9,3

voto não obrigatório

Dinamarca	21,4
França	21,7
Noruega	22,4
Alemanha	23,2
Suécia	28,0
Irlanda	28,5
Suíça	30,1
Reino Unido	30,2

Fonte: F. Lanchester, *Il voto obbligatorio nella prospettiva comparatista*, Comunicazione al Convegno Internazionale sull' astensionismo elettorale, Pavia, 7-9 de Janeiro de 1982 (citado por P. Giovannini, «Astensionismo elettorale e questione giovanile», in *Rivista Italiana di Scienza Politica*, vol. XII, 1982, pp. 457-477).

³⁶ Herbert Tingsten, *Political Behavior. Studies in Election Statistics*, Tolowa, N. J., The Bedmister Press, 1966 (1937) (citado por Guido Martinotti, «Le partecipazione politica dei giovani», in *Quaderni di Sociologia*, vol. XV, 1966, p. 337).

³⁷ Lester Milbrath, *op. cit.*

³⁸ Anthony Down, *op. cit.*

³⁹ Paolo Giovannini, *op. cit.*

como desinteresse pela política» do «abstencionismo como abandono da política» e do «abstencionismo como alternativa política de voto». O primeiro seria o tipo tradicional de abstencionismo determinado pela indiferença. O segundo traduziria o comportamento dos que abandonaram o radicalismo político e adoptam novos modelos culturais e psicológicos de comportamento, dos que, tendo secularizado a concepção de política, procuram «vias extrapolíticas para a mudança» e manifestam «vontade de realização dos próprios fins em âmbitos comunitários de carácter subcultural (ou contracultural)»; dito por outras palavras, é o abstencionismo como fuga ou refúgio das subculturas ou contraculturas, resultado do cepticismo ou do desencanto. O terceiro tipo de abstencionismo seria um autêntico comportamento de voto, já que em parte «recusa, mas pode ser também de espera, de retirada temporânea ou momentânea da delegação». Seria um «típico voto de opinião», «concebido como consciente indicação de inadequação das formações políticas existentes para representar os valores e interesses amadurecidos em novos ambientes situacionais e individuais». Seria um voto no «partido sombra da abstenção», resultado aliás de uma campanha eleitoral nesse sentido.

No caso português, o facto de serem mais os estudantes do que os trabalhadores a enfileirar no lote dos abstencionistas e de nele se encontrarem também em maior percentagem jovens dos mais altos estratos socio-profissionais e socieducacionais poderia levantar dúvidas quanto à inviabilidade da hipótese que começámos atrás a rejeitar. Mas uma análise mais cuidada do abstencionismo leva-nos a concluir que efectivamente ele é entre nós resultado da despolitização e, como tal, um problema de desenvolvimento político.

Com efeito, o abstencionismo é maior no sexo feminino e menor à esquerda e centro-esquerda, tendendo a crescer à medida que se progride para a direita na escala de posições políticas. Atinge os valores mais altos na extrema-direita e na direita e afecta mais os crentes do que os que o não são. Para além disso, e sobretudo, verifica-se que a participação eleitoral varia correlativamente com a integração, a informação, o interesse e a mobilização política.

Com efeito, a maior participação eleitoral está associada ao maior grau de activismo, à maior informação, ao mais elevado interesse pela política, quer objectivamente evidenciado, quer subjectivamente confessado, aos sentimentos políticos de maior intensidade, à maior confiança política, à mais alta socialização política familiar e à maior mobilização. Em contrapartida, o abstencionismo é um abstencionismo de desinformação, de desinteresse, de desmobilização e, por conseguinte, de despolitização.

Quanto à participação em campanhas eleitorais, foram 20% os jovens que disseram ter já nelas tomado parte, dos quais 8% em acções mais anónimas e pontuais (tais como entrar em caravanas automóveis, colar cartazes ou afixar dísticos), 9% em acções mais pessoalizadas e continuadas (como, por exemplo, distribuir comunicados ou folhetos na rua e trabalhar em sedes de candidaturas) e 3% em acções mais organizadas e de maior responsabilidade (tais como escrever ou falar em meios de comunicação social, ou apresentar-se como candidato).

Esta participação, onde prevalecem estudantes do sexo masculino, aumenta também com a idade. E as suas formas mais empenhativas são assumidas sobretudo pelos jovens de posições políticas extremas, quer de direita quer de esquerda.

5. PARTICIPAÇÃO ORGANIZACIONAL

Para o apuramento da participação política dos jovens em grupos ou organizações foram tomados como indicadores os partidos e organizações políticas partidárias de juventude, por um lado, e as associações de estudantes e os sindicatos, como principais grupos de pressão juvenis com capacidade de intervenção, por outro.

Em primeiro lugar, foi de 5% a percentagem apurada de jovens que se dizem membros inscritos de partidos políticos e com os seguintes graus de adesão: 2% são militantes passivos, isto é, frequentam apenas a sede e assistem a reuniões para perceber a linha política e receber instruções; outros 2% são militantes activos, ou seja, participam já em reuniões organizadas e desempenham tarefas para o bom funcionamento da organização; só 1% são funcionários ou jovens que trabalham permanentemente em sedes e outro 1% também têm responsabilidades de direcção local ou costumam ser delegados a congressos nacionais.

As preferências partidárias dos jovens, tal como aliás acontecera já para as declarações de voto em partidos, foram significativamente ocultadas pela maioria; 56% dos inquiridos recusaram-se a responder. As preferências reveladas distribuem-se com relativa proporcionalidade à implantação eleitoral nacional dos partidos: 14% preferem o PS, 12% indicam o PSD, 9% referem o CDS, 7% optam pelo PCP e 2% apontam para outros partidos menores⁴⁰.

A participação organizacional decresce ainda quando vista pelas adesões a organismos políticos partidários de juventude, que só apenas 3% dos jovens dizem ter.

Já a percentagem de jovens inscritos em associações de estudantes e em sindicatos se eleva a 13% e a 17%, respectivamente. Os estudantes associativos parecem, no entanto, revelar maior grau de empenhamento e responsabilidade organizativa do que os jovens sindicalizados, a ajuizar pela distribuição dessas percentagens pela seguinte escala:

Grau de participação de jovens em associações de estudantes e sindicatos

(QUADRO N.º 8)

Participação	Associações de estudantes		Sindicatos	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem
Não são membros	573	64%	582	65%
Membros pagando quotas	9	1%	74	8%
Utilizador de serviços	4	0%	17	2%
Votante nas eleições	37	4%	42	5%
Participante nas actividades	48	5%	10	1%
Organizador de actividades	9	1%	4	0%
Dirigente	12	1%	4	0%
S/R	204	23%	163	18%

⁴⁰ Embora não se possa estabelecer qualquer comparação, aduzam-se, a título elucidativo, os dados que Maria José Stock apresenta no artigo, de próxima publicação na *Revista de Ciência Política*, n.º 1, «A base social de apoio e o recrutamento dos líderes do PSD e do CDS»: os jovens até aos 30 anos são no PSD 31% dos aderentes e no CDS apenas 13,3%. E apenas são estudantes 11,5% no PSD e 5,3% no CDS.

Tal como sucedia com a participação eleitoral, também esta participação em organizações políticas ou para-políticas cresce, em geral, com a idade e é ligeiramente maior entre o sexo masculino.

A filiação em partidos é maior entre «católicos praticantes» e «ateus» e atinge maiores percentagens entre jovens de direita e centro-direita, por um lado, e de extrema-esquerda, por outro. Essas maiores percentagens de adesão são também de trabalhadores-estudantes e de filhos de pais com profissão liberal, ou médios funcionários públicos, ou ainda trabalhadores manuais não especializados.

Por seu turno, a participação em associações de estudantes é maior entre jovens de centro-esquerda e de esquerda, muito embora a participação ao nível directivo seja mais de jovens de extrema-direita e direita e de extrema-esquerda. Os estudantes não crentes, por seu lado, apresentam-se mais «associativos» do que os crentes.

Quanto à sindicalização, cresce com o maior posicionamento à esquerda, sendo inclusivamente de extrema esquerda a maior percentagem de mais activos e responsáveis dirigentes sindicais.

Todas estas adesões organizativas variam proporcionalmente com a informação, o interesse e a mobilização política, o que parece confirmar quanto dissemos atrás acerca do significado do abstencionismo. Também aqui ele se apresenta como resultado da despolitização e do atraso político.

6. OUTRAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

Para além da participação nas eleições e em organizações políticas ou para-políticas, existe ainda toda uma vasta gama de acções tendentes a pressionar ou os dirigentes ou a opinião pública e que, por isso, tem interferência no processo de tomada de decisões. São acções de participação difusa, ora informal, ora desorganizada, ora ainda descontínua e saltuária.

Entre elas quisemos considerar e medir particularmente cinco: a representação a governantes, ou seja, a apresentação de protestos, petições ou aplausos a quem governa, desde o nível local ao nível internacional; a participação em manifestações de rua; a adesão a greves, desde as sectoriais e locais até às gerais e nacionais; a colaboração em jornais, de índole e âmbito diversificados; e a participação em reuniões para resolver problemas colectivos.

A apresentação de petições e protestos a governantes foi já praticada por 22% dos jovens inquiridos, na maioria dos casos através de iniciativas colectivas, e não individuais.

Representações a governantes

(QUADRO N.º 9)

	Número	Percentagem
Nunca o fizeram	414	46%
A autoridades locais	108	12%
A deputados	44	5%
A membros do Governo	27	3%
Ao presidente da República	7	1%
A organismos internacionais	9	1%
S/R	287	32%

A participação em manifestações foi já experimentada por 33% dos jovens portugueses, sendo 10% os que o fizeram já muitas vezes e tratando-se, na grande maioria dos casos, de manifestações organizadas por partidos. Curiosamente, as manifestações são mais concorridas por estudantes e trabalhadores-estudantes do que por trabalhadores.

Quanto às greves, foram já 22% os jovens que a elas aderiram, mas 2% apenas os que o fizeram muitas vezes, sendo a maioria das greves participadas de âmbito «geral» e «local sectorial», e com objectivos sobretudo salariais e profissionais. Compreensivamente, as greves encontram maiores percentagens de adesão entre trabalhadores e desempregados.

Já a colaboração em jornais foi apenas realizada por 16% dos jovens, sendo ínfima a publicação de artigos políticos e a colaboração em jornais nacionais e partidários. A maioria dos jornais que acolheram a colaboração dos jovens inquiridos são jornais regionais, associativos, artísticos, culturais, recreativos e desportivos. E a maioria dos artigos escritos foram artigos culturais. Os colaboradores juvenis em jornais são sobretudo estudantes, prevalecendo entre eles os não crentes.

Por último, 34% dos jovens tomaram já parte em reuniões para resolver problemas colectivos, nomeadamente para formulação de reivindicações corporativas, em locais de estudo ou de trabalho, sendo sobretudo estudantes os que mais nelas participaram.

Todas estas formas de participação variam na razão directa da idade e são tanto mais participadas quanto mais de esquerda são os jovens, como o confirmam os quadros n.ºs 10-14. E, tal como as demais e anteriormente analisadas formas de participação, também estas variam proporcionalmente com a informação, o interesse e a mobilização política.

Esta variação das formas difusas de participação consoante a colocação na escala esquerda-direita permite-nos observar que a juventude de esquerda se afigura mais participativa do que a juventude de direita. O que nos remete, em termos de compreensão, para uma realidade que transcende o mero âmbito juvenil e que é o terreno da cultura política. Por outras palavras, o problema da participação política em Portugal é também um problema de cultura política. A esquerda tem entre nós uma tradição histórica de participação que a direita não tem. Por outro lado, a cultura política de direita em Portugal tem sido mais uma cultura de imposição ou de subordi-

Apresentação de representações a governantes por posição política

(QUADRO N.º 10)

Posição política	S/R		Nunca apresentaram		Já apresentaram	
	N	%	N	%	N	%
S/R	80	42%	92	48%	18	9%
Extrema-direita	8	47%	8	47%	2	12%
Direita	47	43%	50	45%	13	12%
Centro-direita	27	30%	44	49%	18	20%
Centro	37	26%	88	62%	25	18%
Centro-esquerda	40	28%	67	48%	35	24%
Esquerda	52	30%	71	41%	48	28%
Extrema-esquerda	8	32%	5	20%	12	48%
Total	299	34%	425	47%	171	18%

Participação em manifestações por posição política

(QUADRO N.º 11)

Posição política	S/R		Nunca participaram		Já participaram	
S/R	27	14%	120	63%	42	22%
Extrema-direita	1	6%	11	65%	5	29%
Direita	10	9%	69	63%	31	28%
Centro-direita	3	3%	59	66%	27	30%
Centro	5	3%	106	74%	39	27%
Centro-esquerda	7	5%	78	55%	56	40%
Esquerda	10	6%	72	42%	91	53%
Extrema-esquerda	2	8%	8	32%	15	60%
Total	74	8%	524	58%	298	33%

Participação em greves por posição política

(QUADRO N.º 12)

Posição política	S/R		Nunca participaram		Já participaram	
S/R	32	17%	127	67%	30	16%
Extrema-direita	3	18%	13	76%	2	12%
Direita	18	16%	90	82%	11	10%
Centro-direita	8	9%	68	76%	13	14%
Centro	10	7%	109	76%	23	16%
Centro-esquerda	11	8%	93	66%	37	26%
Esquerda	15	9%	82	48%	75	44%
Extrema-esquerda	4	16%	12	48%	9	36%
Total	101	11%	595	66%	200	22%

Colaboração em jornais por posição política

(QUADRO N.º 13)

Posição política	S/R		Nunca colaboraram		Já colaboraram	
S/R	24	13%	18	10%	146	77%
Extrema-direita	2	12%	3	18%	13	76%
Direita	18	16%	19	17%	82	75%
Centro-direita	8	9%	16	18%	66	73%
Centro	8	7%	14	10%	129	90%
Centro-esquerda	8	7%	32	23%	102	72%
Esquerda	15	9%	31	18%	125	73%
Extrema-esquerda	3	12%	10	40%	11	44%
Total	87	10%	142	16%	667	74%

Participação em reuniões para resolver problemas colectivos

(QUADRO N.º 14)

Posição política	S/R		Participaram		Nunca participaram	
S/R	30	16%	48	25%	111	58%
Extrema-direita	2	12%	6	35%	10	59%
Direita	24	22%	30	27%	65	59%
Centro-direita	8	9%	29	32%	53	59%
Centro	19	14%	45	31%	79	55%
Centro-esquerda	14	10%	66	47%	61	43%
Esquerda	15	9%	67	39%	89	52%
Extrema-esquerda	3	12%	13	52%	8	32%
Total	116	13%	304	34%	476	53%

nação do que uma cultura de participação, para utilizar de novo a tipologia de Almond e Verba. Isso explica as variações de comportamento participativo da juventude.

7. CONCLUSÃO PROVISÓRIA

As conclusões que a análise dos resultados até agora conhecidos deste inquérito, necessariamente parciais e provisórios, nos permitem tirar terão de ser necessariamente também provisórias.

A caracterização da participação e da abstenção política da juventude portuguesa até agora conseguida aponta com insistência para a verificação de que elas são quase exclusivamente variáveis unilateralmente dependentes do grau de integração, informação, interesse e mobilização política. Não existe, pelo menos ainda em Portugal, uma abstenção politizada entre a juventude, como porventura noutros países onde o radicalismo político conotou faixas significativas da juventude.

O que mais parece afectar os níveis de participação política da juventude são factores que condicionam igualmente a da restante população, a saber, o desenvolvimento político e a cultura política. O abstencionismo juvenil, embora normalmente mais acentuado do que o de outros grupos etários, parece dever atribuir-se mais aos níveis de desenvolvimento e cultura política da população em geral, isto é, à politização e à aculturação política dos portugueses em geral.

Uma análise mais detalhada e aprofundada dos resultados do inquérito, que esperamos poder vir a fazer em breve, permitirá certamente confirmar ou rectificar esta conclusão provisória, porque apenas entrevista.